

Professores da rede pública iniciam processo que vai selecionar diretores de escola. Nomes serão definidos pelo governador a partir de uma lista tríplice

Jefferson Rudy 23.4.99



Manifestação promovida pelo Sinpro contra seleção para diretores de escola pública: para sindicalistas, método é arbitrário

VESTIBULAR PARA DIRETOR

Samanta Sallum
Da equipe do Correio

O final de ano deveria ser época de campanha eleitoral nas escolas. Hora de alunos, pais, professores e funcionários das unidades de ensino público do Distrito Federal escolherem pelas urnas os diretores de escola. Mas em vez de votos, os candidatos agora têm de somar pontos numa espécie de vestibular para mestres. Foi o que definiu a nova lei de gestão democrática do ensino público, de autoria do governo local. Aprovada em setembro pela Câmara Legislativa, ela pôs fim à eleição direta para cargos de direção escolar, instituída no governo passado.

Os atuais 600 diretores de escolas e centros de ensino da rede oficial do DF foram eleitos há cerca de dois anos. Mas terão de deixar o cargo em janeiro para dar lugar aos aprovados na sabatina da Secretaria de Educação. A primeira fase de seleção, que é objetiva, foi realizada ontem. Os professores voltaram às bancas escolares para se submeterem à prova de 60 questões sobre legislação educacional e gestão escolar pública.

O índice de abstenções foi baixo. Dos 1.216 inscritos, apenas 77 não compareceram à avaliação realizada das 14h às 18h, no Caseb na 909 Sul e no Cesas, na 602 Sul. Amanhã será divulgado o gabarito da prova pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IDR).

Ele estará à disposição na sede do órgão, no Setor de Gabinetes Especiais, próximo ao Detran. O prazo para recursos é de 24 a 26 de novembro. A pontuação dos candidatos está prevista para ser divulgada no dia 5 de dezembro.

Depois dessa etapa será realizada a prova de títulos, com a análise de currículo. A partir dessa avaliação, será definida a lista tríplice de candidatos à direção de cada escola. Os três professores selecionados com maior pontuação terão de elaborar e apresentar à Secretaria de Educação o projeto pedagógico que pretendem desenvolver na escola.

INDICAÇÃO

A terceira e última fase da seleção é subjetiva. A decisão final ficará a cargo do governador Joaquim Roriz, que receberá a lista tríplice apresentada pela Secretaria de Educação. Ele fará a indicação dos diretores que vão assumir as escolas a partir de janeiro.

Os atuais diretores tiveram a chance de disputar a permanência no cargo. Desde que atendessem a requisitos como ser formado em Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar ou com especialização em Gestão de Escola Pública. Muitos decidiram enfrentar o desafio.

Vera Alves, 28 anos, foi eleita diretora da Escola Classe em Planaltina há dois anos e quer continuar no cargo. "Espero que esse processo seja realmente imparcial", comentou, minutos antes de iniciar a prova.

Entretanto, outros diretores recusaram-se a participar do novo processo seletivo. "Não concordo com nada disso. Essa seleção não evidencia competência. Uma prova não mede a eficiência de um gestor", destaca Antônio Dames, 33 anos, diretor de uma das maiores escolas de Brasília, o Centro de Ensino Ave Branca, em Taguatinga, com 3.400 alunos.

"Não teria receio de fazer a prova, mas não vou participar de um processo antidemocrático. Prefiro abrir mão de disputar o cargo novamente a compactuar com essa ruptura brutal que colocou fim à eleição direta para diretor", defende Dames.

Essa resistência explica o baixo número de inscrições para a seleção. Em média são dois candidatos por vaga. Algumas escolas apresentaram menos de três candidatos, o que impossibilita a definição da lista tríplice. Neste caso, a lei prevê que a Secretaria de Educação indique um diretor temporário, que poderá ser substituído anualmente.

PROTESTO

A aprovação da nova lei de gestão democrática do ensino público revoltou principalmente o Sindicato dos Professores (Sinpro). "Essa seleção é apenas uma forma de mascarar a escolha autoritária do governador", protestou Rejane Pitanga, diretora do Sinpro. Os sindicalistas distribuíram panfletos ontem na porta dos locais de prova. "Professores repudiam essa farsa!", conclamavam os folhetos. Apesar da oposição do Sinpro, o clima foi de tranquilidade nos dois pontos de prova.

Lúcia Garcia, 45 anos, eleita duas vezes diretora da Escola Classe do Varjão, disputa agora o cargo para a escola classe da 312 Norte. Ela não achou a prova difícil. "Foram bem elaboradas. O nível está muito bom. Acho que serei aprovada", saiu confiante depois de duas horas e meia de prova. "Já que acabaram com a eleição, temos de nos adaptar ao novo processo. Afinal, as escolas precisam de diretores", conclui.

Um dos motivos para a mudança no processo de seleção de diretores foi a fato de a eleição direta não exigir comprovação de capacidade profissional para assumir o cargo. De acordo com o processo do governo passado, qualquer funcionário da escola poderia ser diretor. Agora não. O candidato tem de ser professor e provar ter experiência dentro da sala de aula. "Diante das responsabilidades que recaem sobre o diretor de escola, o professor é o mais capacitado a desempenhar essa função", defende a secretaria de Educação, Eurides Brito.